

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: **Ajuste Direto AJ-25/0033**

Aquisição de acessórios para Lifepak 15

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar entre o Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos da aquisição de acessórios para Lifepak 15, nos termos identificados nas especificações técnicas indicadas no Anexo a este Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Contrato

1. O contrato é reduzido a escrito, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Para além dos elementos referidos no número anterior, o contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões das peças do procedimento, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento;
 - c) O presente caderno de encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 99.º, e aceites pelo adjudicatário de acordo com o artigo 101.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

5. A entidade adjudicatária obriga-se igualmente a respeitar, no que lhes seja aplicável, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

Artigo 3.º

Vigência do contrato

O contrato tem o seu início à data da outorga e mantém-se em vigor até à entrega da totalidade dos bens a qual deverá ocorrer até 31/12/2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 4.º

Preço base

1. O preço base do procedimento é de € 241.799,30 € (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e nove euros e trinta cêntimos).
2. O preço constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
3. Este preço inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Contrato.

Artigo 5.º

Local de entrega

Os artigos objeto deste contrato serão entregues pelo adjudicatário no armazém central do INEM, I.P, sito na Rua Infante D. Pedro, n.º 8, 1749-075 Lisboa.

Artigo 6.º

Preço e condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante só podem ter lugar após a apresentação das respetivas faturas, devidamente discriminadas e justificadas pelo adjudicatário, a qual só pode ter lugar depois de concluído o mês a que a fatura respeita.



3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, desde que devidamente emitida e entregue após o termo do mês a que respeita, cada fatura é paga, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua receção pela entidade adjudicante, na sequência da emissão da nota de encomenda, em função dos fundos disponíveis, e onde se encontre necessariamente inscrito, sob pena de nulidade, um número de compromisso válido e sequencial.
4. As faturas devem ser acompanhadas por um relatório com o detalhe das tarefas realizadas subjacentes ao valor em causa.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente Cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN a indicar pelo adjudicatário.
6. Não são admitidos adiantamentos de preços por conta de prestações a realizar.

Artigo 7.º

Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Artigo 8.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. O adjudicatário garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
2. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.

Artigo 9.º

Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. O adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.

2. O adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços, incluindo o software desenvolvido a pedido do contraente público no âmbito do contrato, é propriedade do contraente público, ainda que se verifique a cessação do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao contraente público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.
5. No caso de o adjudicatário desenvolver, a pedido do contraente público, alguma funcionalidade de um programa informático ou um determinado software obriga-se a não o reproduzir sem autorização expressa do contraente público.

Artigo 10.º

Tratamento de Dados Pessoais

1. Os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante serão recolhidos e tratados pela entidade adjudicatária, na sua qualidade de responsável pelo tratamento, e destinam-se única e exclusivamente às seguintes finalidades:
 - a) Execução e cumprimento das obrigações pré-contratuais e contratuais;
 - b) Cumprimento de obrigações legais;
 - c) Gestão da relação contratual com a entidade adjudicante, nomeadamente para efeitos de contactos por motivos administrativos e/ou operacionais.
2. Os dados pessoais fornecidos serão armazenados pelo período mínimo estritamente necessário ao cumprimento das finalidades enunciadas no número anterior, sendo apagados assim que se verifique que já não sejam necessários.
3. A entidade adjudicatária obriga-se a tratar os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante com a máxima confidencialidade e única e exclusivamente para as finalidades identificadas no número anterior, implementando medidas técnicas e organizativas por forma a proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizado aos mesmos.
4. Os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante poderão ser partilhados com os fornecedores ou prestadores de serviços da entidade adjudicatária, única e exclusivamente para cumprimento das obrigações pré-contratuais e contratuais, assumidas no âmbito do presente Contrato, garantindo a entidade adjudicatária que tais entidades se encontram igualmente munidas de medidas técnicas e organizativas para garantir a total proteção dos dados pessoais e que os

mesmos apenas tratarão os dados para cumprimento integral das finalidades inerentes à execução do Contrato.

5. A entidade adjudicatária garante que nunca procederá à venda, empréstimo ou cedência dos dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante a terceiros, sem que haja o consentimento expresso e explícito dos mesmos para o efeito, obrigando-se igualmente a recolher o consentimento expresso para o tratamento de dados pessoais para outras finalidades que não as descritas no n.º 1 da presente cláusula.
6. É garantido aos titulares de dados pessoais o direito em aceder, retificar e apagar os dados pessoais, bem como o direito de limitar o tratamento dos seus dados pessoais, opor-se a tal tratamento e solicitar a portabilidade desses mesmos dados.
7. O segundo outorgante obriga-se a cumprir os normativos que constam do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como de todas a legislação e orientações relativas à segurança de dados pessoais nominativos de pessoas singulares que tenha acesso no decurso da sua prestação de serviços e fornecimento de bens, sendo estritamente proibido o seu tratamento para além dos fins e adequação contratuais, e nos limites estritos do contrato, estando interdita qualquer portabilidade que não seja contratualmente permitida, sendo do primeira outorgante, o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, IP, a propriedade dos dados por lhe terem sido confiados pelos seus titulares, e nesta medida qualquer operação de tratamento, nestas se incluindo a portabilidade e apagamento ter de ser comunicada e consentida por este, sob pena de responsabilidade contraordenacional, civil, criminal e comunicação de inconformidade por parte de subcontratante nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais - Regulamento nº 2016/679 de Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

Artigo 11.º

Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290ºA do CCP, o gestor do contrato será nomeado pela entidade adjudicante aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos descritos no sobredito artigo do CCP.

Artigo 12.º

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o INEM pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do Contrato, até [1%] do valor do contrato, por cada dia de atraso;
 - b) Pela verificação de defeitos ou discrepâncias dos bens entregues, de 5% a 10% do preço contratual, em função da gravidade do incumprimento;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fornecimento, até 5% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do adjudicatário, o INEM, pode aplicar ao adjudicatário uma pena pecuniária de até 15% do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o INEM tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o INEM exija indemnização pelo dano excedente.
5. Não obstante a aplicação das penalidades, o INEM, em caso de manifesta necessidade, poderá adquirir a outros adjudicatários os bens em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.

Artigo 13.º

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Artigo 14.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 15.º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Artigo 16.º

Prazo de validade do bem

1. Os bens a fornecer no âmbito do presente procedimento devem ter um prazo de validade igual ou superior a 24 meses, a contar da data de entrega.
2. Na impossibilidade de cumprimento do número anterior, no término da validade do bem, o adjudicatário obriga-se a efetuar a troca por igual produto, ou respetivo crédito das unidades não consumidas.

Artigo 17.º

Condições de entrega dos bens objeto do contrato

1. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar os bens objeto do contrato num prazo o máximo de 5 (cinco) dias a contar da data do pedido da entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicante reserva-se o direito de solicitar entregas parcelares, numa quantidade por entrega não inferior a 25% de cada bem, no prazo estabelecido no n.º 1.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 18.º

Receção dos bens

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante confirma num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis se os mesmos reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos nas especificações técnicas do caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como a sua conformidade com as exigências legais.
2. Verificada a observância do número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos que até àquela correm por conta da entidade adjudicatária, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a entidade adjudicatária, nomeadamente os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.
3. A formalidade prevista no n.º 2 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas do caderno de encargos, após a sua utilização.



Artigo 19.º

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

Caso existam defeitos ou discrepâncias face às características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, do caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária, que deverá proceder, à sua custa às reparações ou substituições necessárias, no mais curto espaço de tempo possível para garantir operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, nos termos das garantias enunciadas no presente caderno de encargos.

ANEXO

POS.	ARTIGO	REF. ^a	QUANTIDADE
1	Braçadeira NIBP Adulto para LP12 e LP15	11160-000015	30
2	Braçadeira NIBP Adulto XL para LP12 e LP15, reutilizável	11160-000019	115
3	Cabo de paciente RD rainbow SET MD20-05, 20-pin, 5ft	11996-000510	100
4	Sensor reutilizável Adulto, RD SET DCI. 3ft	11996-000456	100
5	PAPEL ECG 100MM (2 rolos)	11240-000032	200
6	Eléktrodos multifunções	11996-000017	10000
7	Bateria para LP15	21330-001176	10
8	ALÇA TRANSPORTE P/LP15	11577-000001	40